

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.825 - MS (2019/0261791-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : **ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD**  
**ADVOGADOS** : **KARINA HELENA CALLAI - DF011620**  
 : **VALQUIRIA SARTORELLI PRADEBON - MS008276**  
**ADVOGADOS** : **ROSÂNGELA MARIA OLIVEIRA LOIOLA - DF026550**  
 : **DOUGLAS DE OLIVEIRA SANTOS - MS014666**  
 : **LUCAS ORSI ABDUL AHAD - MS015582**  
 : **PEDRO HENRIQUE CARLOS VALE - SP350533**  
**RECORRIDO** : **BERTT HOTELARIA LTDA**  
**ADVOGADO** : **ADONIRAN RIBEIRO DE CASTRO - PR025751**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO – ECAD contra acórdão proferido pelo TJMS assim ementado (e-STJ fl. 791):

APELAÇÕES CÍVEIS – AÇÃO DE COBRANÇA – ECAD – COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS – RETRANSMISSÃO DE OBRAS EM QUARTO DE HOTEL – PRESCRIÇÃO TRIENAL – PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

A pretensão de cobrança pela utilização de obras musicais, literomusicais ou fonogramas prescreve em três anos, nos termos do art. 206, § 3º, V, do Código Civil. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

ECAD – COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS – RETRANSMISSÃO DE OBRAS EM QUARTO DE HOTEL – CONTRATAÇÃO DE TV POR ASSINATURA – BIS IN IDEM – QUARTO DE HOTEL QUE NÃO PODE SER CONSIDERADO DE USO COLETIVO, MAS EXTENSÃO DO LAR DO HÓSPEDE, DE USO INDIVIDUAL E INVOLÁVEL – COBRANÇA INDEVIDA – RECURSO DO REQUERIDO CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DO AUTOR PREJUDICADO.

Embora não pacificado, o Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento de que a utilização de serviços de TV por assinatura na qual a fornecedora já tenha efetuado o pagamento do ECAD, isenta o estabelecimento do pagamento de direitos autorais.

Ademais, quarto de hotel não pode ser considerado como local de frequência coletiva porquanto se trata de local individualizado do qual tem acesso apenas o hóspede, devendo ser considerado como sendo extensão do seu lar, de uso individual e inviolável.

O §3º do art. 68 da Lei 9.610/98 refere-se ao espaço comum do hotel, de livre circulação, e não aos quartos individuais disponibilizados pelo estabelecimento.

Recurso do requerido conhecido e provido. Recurso do ECAD prejudicado.

Ônus sucumbenciais invertidos.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 839/843).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 845/888), interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a parte recorrente alega ofensa aos arts. 4º, 5º, I, III e V, 28, 29, VIII, "d" e "e", 46 e 68 da Lei n. 9.610/1998, pois os aposentos de hotéis não podem ser considerados extensão familiar, sendo locais de frequência coletiva, utilizando-se de obras autorais como uma forma de incrementar a atividade lucrativa, inexistindo *bis in idem* na

cobrança. Indica dissídio.

Defende que a Lei Geral do Turismo (Lei n. 11.771/2008), embora descreva em seu art. 23 que os quartos de hotel seriam "unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede", não se aplica ao caso dos autos, tendo por objeto e finalidade completamente distintos da lei que dispõe sobre os direitos autorais.

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ fls. 977/981).

É o relatório.

Decido.

A respeito da cobrança de direitos autorais por transmissão televisiva em quartos de hotel, o entendimento desta Corte é no sentido da sua viabilidade. Anotem-se:

CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE PRECEITO LEGAL CUMULADA COM PERDAS E DANOS. COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS PELO ECAD. TELEVISORES E RÁDIOS. DISPONIBILIZAÇÃO EM QUARTOS DE HOTÉIS, MOTÉIS OU POUSADAS. EXPLORAÇÃO DE OBRAS ARTÍSTICAS. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PACIFICADA PELA EG. SEGUNDA SEÇÃO DESTA CORTE. MANUTENÇÃO INTEGRAL DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, §§ 4º E 5º, DO CPC. RECURSO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos no Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A Segunda Seção deste Sodalício firmou o entendimento de que são devidos direitos autorais pelo uso de aparelhos televisores ou radiofônicos em quartos de hotéis, motéis ou pousadas. Precedentes.

3. Não sendo a linha argumentativa apresentada pelos agravantes capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

4. Em virtude do não conhecimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, aplica-se ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

5. Agravo interno não conhecido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp n. 1.185.519/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/3/2018, DJe 4/4/2018.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITOS AUTORAIS. LEI 9.610/98. ECAD. APARELHOS DE RÁDIO E TELEVISÃO DISPONIBILIZADOS EM QUARTOS DE HOTEL. COBRANÇA DEVIDA. BIS IN IDEM. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos da orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, a disponibilidade de rádio e televisão em quartos de hotel é fato gerador da arrecadação de direitos autorais. Precedentes.

2. Fica inviabilizado o conhecimento de tema trazido somente na petição de agravo interno, não debatido pelas instâncias ordinárias, por se ter operado a preclusão.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.565.552/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 7/2/2017, DJe 16/2/2017.)

Sobre a alegação de cobrança em duplicidade, porque a emissora de TV teria pago os direitos autorais, os fatos geradores são distintos, inexistindo *bis in idem*. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITOS AUTORAIS. QUARTO DE HOTEL. APARELHOS TELEVISORES. 1. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. SUFICIÊNCIA DE PROVAS ATESTADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. 2. COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS. TELEVISÃO E RÁDIO EM QUARTO DE HOTEL. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO EM PERFEITA HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. 3. CONTRAPRESTAÇÃO QUE NÃO SE CONFUNDE COM AQUELA PAGA PELA EMPRESA DE TV. BIS IN IDEM AFASTADO. 4. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DO DISPOSITIVO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. 5. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não ficou caracterizado o apontado cerceamento de defesa, tendo em vista que o Tribunal de origem afastou a sua ocorrência, considerando que, por se tratar de nulidade relativa, o equívoco na intimação do réu não foi capaz de implicar na anulação da sentença. Além disso, os princípios da livre admissibilidade da prova e da persuasão racional autorizam o julgador a determinar as provas que entende necessárias à solução da controvérsia, assim como o indeferimento daquelas que considerar prescindíveis ou meramente protelatórias.

2. De fato, no que se refere às contribuições devidas em razão de sonorização ambiental nos quartos de hotéis, a Segunda Seção desta Corte firmou entendimento de que "a disponibilidade de rádio e televisão em quartos de hotel é fato gerador de arrecadação de direitos autorais" (AgRg no REsp n. 996.975/SC, Relator o Ministro Raul Araújo, julgado em 6/10/2016, DJe 22/11/2016).

2.1. No caso, a Corte local, manteve a sentença de procedência da ação que visava o recebimento de direitos autorais, sob o fundamento de que, "na hipótese em apreço, pelo contrato de fls. 288/291, firmado entre a Net e o réu/apelado, não se extrai que coube ao primeiro o pagamento dos direitos autorais, sendo inviável qualquer ilação nesse sentido, a afastar a cobrança feita na inicial, sob pena de violação à regra de distribuição do ônus da prova prevista no art. 373 do CPC" (e-STJ, fls. 556-557).

3. Outrossim, a jurisprudência desta Corte Superior orienta-se no sentido de que, "na cobrança de direitos autorais por suposta utilização não autorizada de obra artística, não se pode confundir a obrigação da empresa exploradora do serviço de hotelaria com a obrigação da empresa prestadora dos serviços de transmissão de sinal de TV por assinatura, pois resultam de fatos geradores distintos, a saber: (i) a captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva (quartos de hotel) e (ii) a radiodifusão sonora ou televisiva em si. Daí porque não há falar, em casos tais, na ocorrência de *bis in idem*" (AgInt no AREsp 802.891/RJ, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 22/8/2017, DJe 29/8/2017).

4. O prequestionamento é exigência inafastável contida na própria previsão constitucional, impondo-se como um dos principais pressupostos ao conhecimento do recurso especial. Incidem, por analogia, o enunciado n. 282 do STF bem como a Súmula 211 do STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.355.468/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/2/2019, DJe 13/3/2019.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. DIREITOS AUTORAIS. QUARTO DE HOTEL. APARELHOS TELEVISORES. TV POR ASSINATURA. COBRANÇA. POSSIBILIDADE. LEI Nº 9.610/1998. CAPTAÇÃO E TRANSMISSÃO DE RADIODIFUSÃO. FATOS GERADORES DISTINTOS. INEXISTÊNCIA DE BIS IN IDEM. LEI Nº 11.771/2008. CONFLITO. AUSÊNCIA.

1. À luz das disposições insertas na Lei nº 9.610/1998 e consoante a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a simples disponibilização de aparelhos

radiofônicos e televisores em quartos de hotéis, motéis, clínicas e hospitais autoriza a cobrança, pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD -, dos direitos autorais de todos os titulares filiados às associações que o integram.

2. Para fins de reconhecimento da possibilidade da cobrança, é irrelevante que a execução não autorizada de obras musicais e audiovisuais em locais de frequência coletiva tenha se dado a partir da disponibilização de aparelho televisor com equipamento receptor do sinal de TV a cabo ou TV por assinatura.

3. Na cobrança de direitos autorais por suposta utilização não autorizada de obra artística, não se pode confundir a obrigação da empresa exploradora do serviço de hotelaria com a obrigação da empresa prestadora dos serviços de transmissão de sinal de TV por assinatura, pois resultam de fatos geradores distintos, a saber: (i) a captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva (quartos de hotel) e (ii) a radiodifusão sonora ou televisiva em si. Daí porque não há falar, em casos tais, na ocorrência de bis in idem.

4. Nos termos da jurisprudência desta Corte as disposições da Lei nº 11.771/2008 não conflitam com a Lei nº 9.610/1998, pois se trata de diplomas legais com âmbito de incidência diverso.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 802.891/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/8/2017, DJe 29/8/2017.)

Sobre outro aspecto, "o conteúdo normativo da Lei 11.771/2008 (Lei Geral do Turismo), que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, não conflita com o estatuído na Lei 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, em razão do critério da especialidade. Tais normas legais tratam de temas bem diversos e convivem harmonicamente no sistema jurídico brasileiro" (AgRg no REsp n. 996.975/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 6/10/2016, DJe 22/11/2016).

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para restabelecer a sentença, inclusive em relação aos honorários, excluídas as parcelas em que reconhecida a prescrição pelo Tribunal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator